

Susto no Governo

Haroldo Hollanda JORNAL DE BRASÍLIA

Na avaliação de parlamentares experimentados, como os senadores Nelson Carneiro e Fernando Henrique Cardoso, o Governo correu um grande risco político ao aceitar o desafio da votação, em plenário do Congresso, do veto presidencial à lei salarial, anteontem. Do alto da sua experiência, reconhece Nelson Carneiro que "não há política sem riscos". Confessa, no entanto, que durante a sessão de anteontem, quando a Câmara derrubou o veto presidencial, teve o pressentimento de que ocorreria o mesmo no Senado. O deputado comunista Roberto Freire diz que o veto só não caiu porque o quorum de senadores não era alto como o da Câmara. Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, está convencido de que, em face do que aconteceu anteontem à noite no Congresso, ao Governo não restará outra alternativa senão negociar uma nova lei salarial para o País. Apesar de derrotadas, as oposições festejaram o resultado como uma vitória. Os deputados Ibsen Pinheiro e Euclides Scalco, líderes do PMDB e do PSDB, chamavam atenção para o fato de que, pela derrubada do veto na Câmara, votaram dois terços dos deputados presentes. Fernando Henrique Cardoso recorda que a derrota do Governo foi não só na Câmara, como no Senado. O veto só não caiu no Senado porque faltaram quatro votos para ser alcançado o quorum que decretaria sua rejeição.

Horas antes da votação era visível o descontentamento em bancadas que tradicionalmente votam com o Governo, como as do PDS e do PFL. O deputado Ricardo Fiúza, líder do PFL, no encaminhamento da votação frisou várias vezes que falava em seu nome pessoal, como se fosse possível dissociar sua figura da liderança, ao recomendar a manutenção do veto. Fiúza tinha conhecimento de que não contava com o apoio maciço de sua bancada. Deputados do PDS e do PFL não escondiam seu descontentamento e até irri-

tação com o tratamento que vêm recebendo por parte do Governo nos ministérios. Vários pefelistas ligados, na Bahia, ao ex-ministro Antônio Carlos Magalhães não faziam segredo de que estavam preparados para votar contra o Governo. No PDS, a insatisfação começa pelo líder Amaral Netto e se dissemina por quase toda a bancada. Pelos cálculos de seu próprio líder, metade da bancada do PDS votou pela rejeição do veto.

Personalidades políticas ligadas ao Planalto dizem que, apesar do susto por que passou, o Governo não precisa mais se preocupar com o atual Congresso, que se encontra em fim de mandato. A partir dessa constatação, e nova estratégia governamental deve ser estabelecida com vistas ao futuro Congresso. Faz-se, no entanto, a advertência de que o presidente Collor se dispõe a tratar o Congresso com todo o respeito e acatamento, mas acabando de vez com velhas práticas fisiológicas que dominam há décadas a política brasileira.

Lição não aprendida

Conta o deputado Amaral Netto que, terminada a sessão de anteontem do Congresso, aproximou-se do senador Marco Maciel, líder do PFL, e comentou com ele que o resultado daquela votação devia representar uma lição para o Governo. Descrente, Maciel respondeu-lhe que no seu entender, não haveria nenhuma alteração na postura política do Planalto. Ontem, na sessão vespertina do Congresso, o deputado Amaral Netto aproximou-se dos deputados Renan Calheiros, líder do Governo, e Ricardo Fiúza, líder do PFL, para comunicar-lhes que seu partido não mais integra a bancada governista.

Collor e Passarinho

O senador Jarbas Passarinho começa a admitir a possibilidade de vir a aceitar a liderança do Governo no Senado.

24 AGO 1990 06h 09m 42s